

O dualismo na obra de Celso Furtado e Ignácio Rangel

Clarissa Black

Doutoranda em Economia do Desenvolvimento – UFRGS

Pesquisadora e Economista da FEE-RS

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar a interpretação de Celso Furtado e de Ignácio Rangel quanto ao dualismo da estrutura socioeconômica brasileira. Para os dois autores a coexistência entre um setor arcaico com outro moderno, tem uma dimensão histórica. Apesar da similaridade conceitual entre os autores, há algumas especificidades na interpretação de cada um deles, principalmente quanto à evolução deste sistema dual e à forma como se relacionam os polos arcaico e moderno.

Abstract

The objective of this paper is to present the interpretation of Celso Furtado and Ignacio Rangel about the dualism of the Brazilian socioeconomic structure. For both authors the coexistence between an archaic sector with other modern, has a historical dimension. Despite the conceptual similarity between the authors, there are some peculiarities in the interpretation of each of them, especially regarding the evolution of this dual system and how they relate archaic and modern poles.

Palavras-Chave: dualidade, Celso Furtado, Ignácio Rangel.

1. Introdução

Uma economia dual consiste em dois setores divididos conforme diferentes níveis de desenvolvimento, tecnologia e padrões de demanda. Este conceito foi originalmente desenvolvido por Julius Herman Böeke (1953) para descrever a coexistência de setores arcaicos e modernos em um estudo sobre a economia dualista da Indonésia, antiga colônia holandesa. Arthur Lewis (1954), por sua vez, demonstrou que o dualismo pode existir mesmo dentro de um mesmo setor, como, por exemplo, quando há utilização de técnicas modernas e tradicionais no setor agrícola.

Alguns intérpretes do Brasil como Celso Furtado e Ignácio Rangel - importantes influências no pensamento cepalino - caracterizaram a estrutura socioeconômica brasileira como dualista¹. Na visão destes dois autores este tipo de formação híbrida tem uma dimensão histórica e envolve uma situação de coexistência entre um setor atrasado e outro moderno que acompanha a evolução histórica do país.

Mesmo assim, é possível fazer distinções entre as duas interpretações, principalmente com relação à evolução deste sistema e à forma como se relacionam os dois polos. Diante disto, o

¹ Entre os críticos da perspectiva dualista da economia brasileira destacam-se Francisco de Oliveira e a Escola de Sociologia da USP.

objetivo deste artigo é apresentar a questão da dualidade presente na economia brasileira segundo a interpretação furtadiana e rangeliana, apontando seus pontos de convergência e suas especificidades.

Para atingir a este propósito, este artigo é formado por quatro seções além desta introdução. Na próxima seção é abordada a estrutura dual – heterogeneidade estrutural - da economia brasileira com origem na formação histórica do subdesenvolvimento, conforme análise furtadiana. A seção seguinte versa a dualidade básica da economia brasileira de Ignácio Rangel e sua evolução cíclica. Por fim, nas considerações finais são resgatadas e comparadas as principais contribuições dos dois autores para o entendimento destas diferentes interpretações do dualismo brasileiro.

2. A formação histórica da dualidade brasileira e a interpretação de Celso Furtado

Para compreender o surgimento e a persistência do fenômeno da dualidade em países periféricos como o Brasil, Furtado ([1967] 1983) argumenta que é fundamental estudar a formação histórica do subdesenvolvimento através da propagação da Revolução Industrial.

O surgimento da indústria na Europa em fins do século XVIII provocou uma ruptura na economia mundial e passou a condicionar o desenvolvimento econômico em praticamente todas as regiões do mundo. A expansão do núcleo industrial ocorreu em três sentidos, sendo o primeiro deles dentro da própria Europa Ocidental, com a desorganização da economia artesanal pré-capitalista. A segunda linha de expansão foi o deslocamento para além de suas fronteiras, em direção a terras desocupadas e de características semelhantes às da Europa, como os Estados Unidos e Austrália. (FURTADO, [1967] 1983; [1961] 1963).

Finalmente, a terceira direção de expansão da economia industrial europeia – a mais relevante para o estudo do subdesenvolvimento - ocorreu para regiões já povoadas e com sistemas econômicos de natureza pré-capitalista. O contato das velhas estruturas sociais com as robustas economias capitalistas resultou quase sempre na criação de estruturas dualistas as quais representavam a coexistência de um setor baseado na maximização do lucro - de elevada produtividade e com formas modernas de consumo - e outro com modos de produção pré-capitalistas de baixa produtividade.

Furtado (1983) explica que como nestas regiões o excedente é ou destinado ao exterior ou apropriado pelas elites locais as quais desperdiçam o excedente em consumo de luxo², - haja vista a

² A ideia de que o consumo de luxo pode ser empecilho à acumulação de capital pode ser encontrada na obra de Baran conforme Bastos e Britto (2010). Prebisch e Nurkse também se empenharam em demonstrar os obstáculos à formação de capital pelo lado da demanda (FURTADO, 1985).

penetração de padrões de consumo dos países ricos - ao invés de destiná-lo ao investimento para absorção do setor pré-capitalista, o caminho rumo à homogeneização estrutural e superação do dualismo é interrompido. Assim o subdesenvolvimento persiste em função da inadequada diversificação produtiva e da dificuldade em superar o subemprego³.

Segundo Furtado ([1967] 1983, p. 142) “a estrutura socioeconômica dualista está na origem do subdesenvolvimento” e “esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (Furtado, [1961] 1963, p. 180).

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”. (Furtado [1967] 1983, p. 142).

Para Furtado o conceito de dualidade ou heterogeneidade estrutural não significa que os dois sistemas produtivos existam no mesmo espaço ou que o setor atrasado tende a ser necessariamente absorvido pelo setor avançado. A estrutura dualista se caracteriza pela **interdependência** entre os dois modos de produção, a qual é responsável pela **tendência à permanência de elementos pré-capitalistas**⁴.

Vale lembrar que quanto maior é a faixa de subsistência, menor tende a ser o excedente agrícola, o que pode significar um limitador para absorção de trabalhador do setor capitalista (FURTADO [1967] 1983). Furtado ([1959] 2010) argumentava que o setor atrasado (economia de subsistência) seria empecilho⁵ ao desenvolvimento do setor moderno. Ao resgatar o legado furtadiano e cepalino, Rodríguez (2009) vai enfatizar o problema da estrutura da propriedade agrícola, o qual se reflete na coexistência de latifúndio e minifúndio e conspira contra a oferta agrícola e a absorção da mão-de-obra, em primeiro lugar porque no latifúndio há terras improdutivas e a mecanização agrícola não aumenta muito a produtividade da terra e, portanto, não gera grandes efeitos na oferta de bens agrícolas, mas causa tendências negativas na absorção de mão-de-obra.

Já no minifúndio, a acumulação é baixa, as pequenas explorações não conseguem modificar os procedimentos rudimentares, a produtividade é reduzida, a fertilidade do solo aos poucos se

³ Também chamado “desemprego disfarçado”, conceito que foi introduzido por Joan Robinson e utilizado por Nurkse para sua ideia de “poupança oculta” (FURTADO, 1985).

⁴ Ideia vai de encontro com a proposição de Lewis (1954) de que a transferência do excedente de uma economia subdesenvolvida para o setor industrial criaria um sistema econômico crescentemente homogêneo no qual o crescimento dos salários acompanharia o crescimento da produtividade (FURTADO, 1974).

⁵ Para uma crítica desta interpretação, ver Oliveira (1972) e (2003). Este autor argumenta que o setor de subsistência não é vestígio do passado, mas é parte funcional do desenvolvimento moderno do país, pois contribui para o baixo custo da mão-de-obra, o que apoiava o processo de acumulação. Assim, para Oliveira (1972) e (2003) a relação não é vista como antagonica, mas sim complementar.

esgota e, por fim, há expulsão de mão-de-obra do campo para cidade e a paralela transformação do subemprego rural em subemprego urbano. Além disso, esta tendência desencadeia, em maior ou menor medida, a escassez de alimentos e de matérias primas de origem agropecuária para abastecer os demais setores.

Ademais, em uma estrutura dual, o setor capitalista possui certas idiossincrasias explicadas pelas relações mantidas com o setor não capitalista, conforme explica o autor:

Assim, o excedente criado no setor capitalista depende fundamentalmente das condições de vida no setor não capitalista. Da mesma forma, essas condições de vida refletem o grau de acessibilidade à terra e ao crédito, que dependem em boa medida do setor capitalista. O estudo do dualismo consiste exatamente em descobrir essas interdependências. (Furtado [1967] 1983, p. 156).

Cabe ressaltar que o dualismo também esteve presente nas fases iniciais dos países que lideraram a Revolução Industrial. No entanto o lento crescimento populacional, a emigração e crescimento das exportações possibilitaram nas economias centrais a completa absorção do setor atrasado pelo setor moderno em um processo de razoável homogeneização estrutural. Diferentemente disto, nos países periféricos:

O fenômeno do subdesenvolvimento é fruto de novas condições históricas, que criam sérios obstáculos à absorção do setor pré-capitalista, e transformam o dualismo numa característica estrutural permanente. (*Ibidem*, p. 151).

No desenvolvimento industrial das economias avançadas, a prática de preços baixos foi importante na eliminação dos setores pré-capitalistas. No caso da industrialização substitutiva de importações brasileira, os preços dos produtos industriais foram mantidos em patamares mais elevados, uma vez que a concorrência com os produtores externos foi eliminada devido ao colapso na capacidade de importar. (FURTADO, 1968).

Furtado destaca que o fenômeno do subdesenvolvimento se manifesta de diversas formas e em diferentes graus. O caso mais simples é o da coexistência de um setor exportador e uma larga faixa de economia de subsistência. O caso mais complexo, como o estágio atual da economia brasileira, é a coexistência de três setores: um essencialmente de subsistência, outro ligado ao comércio externo e o último caracterizado por um núcleo industrial voltado ao mercado nacional, posteriormente diversificado para produção de bens de capital. (Furtado, [1961] 1963).

O reinvestimento dos lucros da cafeicultura – possibilitado pela oferta elástica de fatores – mesmo que restrito a este setor permitiu uma gradual absorção do setor de subsistência e o

financiamento da imigração europeia, fatores essenciais para formação de um mercado interno e, posteriormente, para os investimentos industriais. (FURTADO, [1967] 1983).

A indústria voltada para o mercado interno produzia através de um processo de substituição de importações, sendo assim, a indústria nacional deveria apresentar um produto semelhante ao importado e adotar técnicas hábeis para a “cópia dos produtos”, ao invés de aplicar tecnologia que possibilitasse uma transformação mais veloz da estrutura econômica, através da absorção do setor de subsistência. Isso resulta em uma lenta modificação da estrutura ocupacional do país caracterizada por um descompasso entre oferta e demanda de mão de obra, o que por sua vez pressiona os salários para baixo e mantém um amplo contingente da população excluído dos benefícios do desenvolvimento.

Furtado ressalta que o fenômeno da dualidade - heterogeneidade estrutural - tem origem econômica, “[...] mas são fatores de ordem tecnológica que aprofundam, dão-lhe permanência e fazem do subdesenvolvimento um processo fechado, que tende a se autogerar” (FURTADO, [1967] 1983, p. 147).

Podemos afirmar ainda que a interpretação de Celso Furtado sobre a dualidade brasileira possui uma dimensão cultural, uma vez que uma minoria encontra-se culturalmente integrada às economias centrais, enquanto outras estão excluídas deste processo. Vale lembrar que a necessidade de elevar os investimentos nos setores que produzem para as minorias inseridas no processo imitativo, obstaculiza a ampla difusão do progresso tecnológico para os segmentos da economia dependente que produzem para a maioria da população. (FURTADO, [1967] 1983).

Conforme Borja (2009) o **dualismo cultural** indica que as diferenças entre o setor moderno e o atrasado também se refletem na cultura material e não material⁶. O mimetismo cultural por parte das elites culmina no processo de modernização, exacerbação da tendência à concentração de renda e aumento do abismo social entre incluídos e excluídos do sistema capitalista de produção.

Assim as classes dominantes dos países periféricos se identificam muito mais com os valores culturais dos países centrais do que com aqueles do seu próprio país. A dominação cultural exercida pelos países centrais obstaculiza a formação de uma identidade nacional com base nos valores coletividade, o que por sua vez, inviabiliza a concretização de um projeto nacional com fins de elevar a autonomia das decisões.

Desta forma a heterogeneidade estrutural somente pode ser entendida ao considerar as relações de dominação e dependência entre centro e periferia nas relações internacionais. A ação estatal com fins a eliminar o dualismo não pode desconsiderar a compatibilidade entre a

⁶ No âmbito da cultura material está o progresso técnico e a acumulação, por sua vez a cultura não material é formada pelo patrimônio de ideias e valores construídos pela sociedade (FURTADO 1984).

composição da demanda – padrões de consumo⁷ - com a estrutura de oferta – orientação dos investimentos. Por fim, cabe ainda ressaltar que a eliminação do dualismo não conduz necessariamente ao desaparecimento do subdesenvolvimento, se não houver mudança estrutural – através de proposições reformistas - e crescente autonomia nas decisões da coletividade⁸ (FURTADO, [1967] 1983).

3. A dualidade básica da economia brasileira segundo Ignácio Rangel

Conforme Bresser-Pereira e Rego (1992), a teoria da dualidade rangeliana apresenta a contradição essencial responsável pelo movimento da história do país. Esta teoria é tratada como uma totalidade histórico-estrutural, que considera a especificidade⁹ da economia e sociedade brasileira, em um contexto de simultaneidade entre relações de produção historicamente defasadas em comparação com aquelas existentes na Europa. Na teoria da dualidade rangeliana há influência das ideias de Marx, Schumpeter e Keynes.

A dupla-dualidade rangeliana é formada por dois pólos, um interno e outro externo, e dois lados cada um. “Polos são diferenças econômicas regionais e/ou estruturais dentro de uma economia nacional” (Guimarães, 1994, p. 64). Por sua vez, o conceito de lado separa a economia nacional do resto do mundo. O autor alerta que o lado externo de uma economia não é o lado interno de outra economia, mas deve ser interpretado como a externalidade de todas as economias nacionais.

No lado interno do polo interno estão as relações de produção dominantes. No lado interno do polo externo estão as relações de produção emergentes. O lado externo dos dois polos reflete as relações vigentes nos países centrais, sendo que o lado externo do polo externo é a economia mundial, ou seja, não faz parte da economia nacional (RANGEL, 1981).

Conforme Guimarães (1994) a dualidade de Rangel é uma proposta que compatibiliza a questão dialética “para dentro/para fora” em um quadro de luta de classes e pactos de poder. Conforme Rangel ([1957] 1999), as formações econômicas básicas não se limitam a coexistir elas “pressionam continuamente uma sobre a outra, estão em permanente conflito” (*Ibidem*, p.32).

⁷ Países como o Japão e a Rússia, por exemplo, nas primeiras etapas limitaram o consumo imitativo e orientaram a destinação do excedente para geração de tecnologias endogenamente, situação oposta à opção adotada pela América Latina (FURTADO, 1978).

⁸ A importância do estímulo à criatividade para romper a condição de dependência é destacada em Furtado (1978). A proposta de “desenvolvimento endógeno” a qual valoriza a identidade cultural do país e decisões que partam “de dentro” pode ser encontrada em Furtado (1984).

⁹ “Tudo muda na ciência econômica ao mudar a realidade estudada” (RANGEL, [1957] 1999, p.26).

Apesar de a dualidade brasileira ser composta por quatro lados, são somente duas as classes que formam uma aliança de poder, a qual muda conforme a dualidade. A classe hegemônica (sócio-maior) manifesta interesses contraditórios e quando estes se tornam inconciliáveis, a classe hegemônica se aproxima do fim de sua trajetória. Em meio à crise, há supressão do lado interno do pólo crise e a formação de uma nova dualidade e de um novo pacto de poder, no qual o sócio-menor da dualidade anterior passa para a condição de nova classe hegemônica (RANGEL, 1981).

O lado externo do pólo externo está sempre adiantado em relação ao Brasil e reflete a dependência do desenvolvimento brasileiro em relação às economias centrais. Ou seja, para Rangel ([1957] 1999, p. 29) “a história do Brasil não retrata fielmente a história universal, especialmente a europeia, porque essa evolução **não é autônoma**, não é produto exclusivo de suas forças internas”.

À época do descobrimento da América, a Europa sustentava um modo de produção dual, haja vista a formação de núcleos capitalistas dentro da sociedade feudal. O capitalismo mercantil predominava no seu interior, enquanto que suas relações externas continuavam sendo feudais. No entanto, esta dualidade era distinta da que surgiria mais tarde no Brasil, pois era temporária e porque o pólo mais avançado da dualidade era o pólo interno, o que ocorreria de modo inverso na dualidade brasileira. (RANGEL, 1981).

O contato da Europa com o mundo pré-desenvolvido ocorreu pelo seu lado externo, em uma tentativa de enquadrar a América em um sistema feudal. No Brasil o feudalismo foi estabelecido juridicamente pela afirmação da propriedade através do Tratado de Tordesilhas, no entanto o seu conteúdo permanecia não feudal - era pré-feudal - uma vez que aqui não havia ainda a servidão de gleba. Estas relações, portanto, vão formar o pólo interno da dualidade: seu lado interno era escravista enquanto que seu lado externo era feudal. (RANGEL, 1981).

Apesar da economia e da sociedade no Brasil-Colônia serem duais, o edifício da dualidade brasileira somente foi consolidado com a Abertura dos Portos e com a Independência. Neste período com o surgimento de um novo aparelho de intermediação mercantil, estabeleceram-se ligações do país ao capitalismo industrial nascente, ou seja, ocorreram mudanças nas suas relações externas¹⁰. Assim, na chamada ‘primeira dualidade’ – com duração de 1815 a 1870 – o modo de produção característico do pólo interno é o feudalismo, seu lado interno é escravista (pré-feudal) e seu lado externo é feudal. Já o pólo externo é capitalista, sendo que seu lado interno é o capitalismo mercantil e o lado externo é o capitalismo industrial (RANGEL 1981).

¹⁰ Os avanços nas relações internas ocorreriam mais tarde, com a abolição da escravidão e com a República (RANGEL [1957] 1999).

Pode-se perceber que a primeira dualidade brasileira reflete três dos cinco¹¹ modos fundamentais de produção que fazem parte do materialismo histórico. O chamado sócio-maior desta dualidade (a primeira em ordem cronológica entre quatro dualidades colocadas por Rangel) é a classe de barões de escravos e o sócio menor é a classe comerciante (RANGEL 1981).

Cabe ressaltar que para Rangel as diferentes relações de produção “não se justapõem mecanicamente, ao contrário, agem umas sobre as outras, acham-se em conflito, a ver qual imporá sua dinâmica específica ao sistema. Noutros termos, estão em unidade¹² dialética, unidade de contrários” (Rangel, [1957] 1999, p. 26).

Concernente à transição de um modo de produção para outro, a mudança ocorre no mesmo sentido da evolução das fases do materialismo histórico. Assim, nas palavras de Rangel (1981, p.19):

Cada um desses modos de produção está dialeticamente unido aos demais, isto é, interfere no funcionamento destes e sofre influência deles, sem, por isso perder a própria identidade. Sob pressão das forças produtivas em expansão o escravismo tende para o feudalismo, este para o capitalismo mercantil, este para o capitalismo industrial e, num futuro ainda imprevisível, na época da primeira dualidade, o capitalismo industrial daria origem ao capitalismo financeiro, além do qual está o socialismo.

Este processo de mudança segue algumas leis próprias: i) quando as forças produtivas da sociedade crescem, entram em conflito com as relações existentes e são preenchidos os requisitos para a passagem a um estágio superior, muda apenas um pólo e outro permanece, estabelecendo uma nova dualidade; ii) mudam alternadamente o pólo interno e o externo; iii) o pólo muda quando passa ao lado interno o que estava presente no lado externo iv) o lado externo do pólo em alteração também muda e forma-se uma nova *união dialética de contrários*; v) as mudanças na dualidade brasileira –haja vista sua condição periférica - ocorrem por mudanças no centro dinâmico, o qual engendra movimentos cíclicos que regulam as condições do comércio exterior (RANGEL 1981).

Conforme vimos, a história econômica e política do Brasil desde a independência do país é a apresentada por Rangel como uma sucessão de dualidades, as quais iniciam coincidentemente com o início das fases descendentes dos ciclos longos de Kondratief. O principal impacto destes ciclos para economias periféricas como o Brasil ocorre no âmbito do comércio exterior, no que concerne às quantidades exportadas e aos termos de troca. Rangel afirma que em fases expansivas do ciclo, o país expande exportações. Quando a fase é recessiva substitui importações e aumenta

¹¹ Comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo (mercantil, industrial e financeiro) e socialismo.

¹² Mesmo que Rangel considere os dois lados como partes de um mesmo processo, portanto em unidade, ele insiste em denominá-la dualidade.

investimentos, o que pressupõe mudança institucional e nesta situação elimina-se o lado interno do pólo em crise.

A segunda dualidade (de 1870 a 1920) internamente se transformou em feudalismo, o que foi possível haja vista o fim do tráfico de escravos e a Lei de Terras. O lado interno era, portanto feudal e o capitalismo mercantil faria parte tanto do lado externo do pólo interno quanto no lado interno do pólo externo, enquanto isso, no centro dinâmico estava o capitalismo industrial. O sócio maior desta dualidade era a burguesia comerciante, a qual representava o pólo externo, enquanto que o sócio menor era representado pelos fazendeiros latifundiários feudais e ao mesmo tempo comerciantes, que faziam parte do pólo interno.

A terceira dualidade (1920 a 1973) apresentada por Rangel (1981) é diferente da segunda dualidade somente quanto ao polo externo, no qual o lado interno passou a ser o capitalismo industrial e o lado externo passou para capitalismo financeiro.¹³ O Sócio maior eram os fazendeiros comerciantes representantes do pólo interno, enquanto que o sócio menor era a burguesia industrial nascente que respondia pelo pólo externo. Vale lembrar que a partir da terceira dualidade, o desenvolvimento industrial nacional possibilitou o surgimento de ciclos próprios¹⁴, os quais funcionariam como aceleradores das mudanças, ou seja, a periferia não é passiva ou desprovida de dinamismo. Prova disso é que mesmo na fase ascendente do ciclo de Kondratief o processo de substituição de importações não foi interrompido. Mas vale lembrar que a economia brasileira continua sendo influenciada principalmente pelas economias centrais.

Ao final do texto de 1981, Rangel se mostra otimista, pois acredita que o fim da terceira dualidade constituirá uma quarta dualidade (1973 - ?) na qual o polo principal é o capitalismo financeiro, sendo que seu lado interno será o semi-salariado, o lado externo o semicapitalismo rural. No pólo externo, o capitalismo industrial estará no lado interno enquanto que no lado externo estará o capitalismo financeiro. O Sócio maior será a burguesia industrial em representação do pólo externo, já o sócio menor terá a nova burguesia rural como representante do pólo interno. Nesta última dualidade (que está no futuro) os dois pólos terão o mesmo modo dominante de produção

¹³ Discordamos do ponto de vista de Bresser-Pereira e Rego (1992) os quais argumentam que Rangel possivelmente teria cometido uma repetição, pois a relação dominante continuou sendo feudal na terceira dualidade assim como na segunda. Para os autores o mais correto seria no pólo principal estar inserido o capital mercantil no lado interno e o capital industrial no lado externo. Já o pólo secundário estaria correto para os autores. O que estes autores não percebem é que esta proposta do que estaria correto na visão deles considera uma modificação simultânea nos dois pólos da nova dualidade e isto vai de encontro com a “2ª lei da dualidade brasileira” a qual afirma que os pólos mudam alternadamente, ou seja, em cada nova dualidade muda apenas um pólo e o outro permanece. Recaptulando, da primeira para a segunda dualidade muda apenas o pólo interno; da segunda para a terceira dualidade muda apenas o pólo externo; da terceira para a quarta dualidade muda apenas o pólo interno. Ademais Rangel (1984) apresenta as características da terceira dualidade de modo compatível com seu artigo de 1981.

¹⁴ Ciclos endógenos, breves, também chamados de Ciclos de Juglar-Marx.

(capitalista), o que conduzirá a economia e a sociedade a se homogeneizarem, “prenunciando o fim do próprio fenômeno da dualidade” (Rangel, 1981, p. 33).

4. Considerações finais

No epílogo deste artigo, cabe fazer um paralelo entre os principais pontos de intersecção e de divergência entre a análise dualista de Furtado e de Rangel. Os autores partem da formação histórica das estruturas econômicas e sociais brasileiras para demonstrar o surgimento do fenômeno da dualidade no país. Eles concordam que a dualidade brasileira se expressa na coexistência entre um setor moderno e outro atrasado, relação que reflete a dependência do país periférico em relação ao centro dinâmico.

Para Furtado a dualidade/heterogeneidade estrutural é a característica básica do subdesenvolvimento, o qual tende a perdurar em função da incapacidade de absorção completa do setor pré-capitalista e de eliminação das diferentes formas de subemprego. Para o autor os dois polos estabelecem uma relação de interdependência, na qual não se criam as condições para sua superação. O setor arcaico é visto como um obstáculo para a eliminação do subdesenvolvimento e a enorme proporção de subemprego no início da fase de desenvolvimento “para dentro” constitui um elemento explicativo essencial de sua própria persistência.

Por outro lado Rangel inova no seu modelo de dupla-dualidade - com dois polos e dois lados cada um - e ao compatibilizar a questão dialética “para dentro/para fora”, sem negligenciar o papel da luta de classes e dos pactos de poder. Para ele os modos de produção não somente coexistem, mas pressionam-se em permanente conflito, em “união dialética de contrários”. Trata-se de uma “dualidade dialética”.

Para Rangel o que ocorre é uma evolução em que métodos mais “modernos” superam os modelos atrasados em um processo dialético, com concomitante evolução das classes, haja vista a consideração da dinâmica cíclica própria da economia. As alterações ocorridas no centro dinâmico provocam mudanças na estrutura da dualidade brasileira, através das relações estabelecidas com as economias centrais pelo lado externo do pólo externo. A sociedade brasileira muda de modo de produção e o faz no mesmo sentido geral no qual muda a sociedade humana - de acordo com os modos de produção do materialismo histórico marxista - mas seguindo algumas leis específicas.

De um ponto de vista crítico, as duas teorias têm sua “dose” de determinismo, quando Furtado fala, por exemplo, que a condição inicial de heterogeneidade estrutural e tecnológica é também a resposta para sua perpetuação; ou quando Rangel cria um modelo de dualidade que segue “determinadas leis específicas”.

Para Furtado a importação de tecnologia dos países centrais e a sua relação com os países periféricos são elementos a **perpetuarem** o dualismo na forma de heterogeneidade estrutural e de subdesenvolvimento. Rangel, por sua vez, considera que é por meio das relações externas que a dualidade brasileira **pode evoluir e ser superada**, até o momento em que os dois polos terão o mesmo modo dominante de produção (capitalista) e a economia e a sociedade se homogeneizarem, com o desaparecimento da dualidade, o que ocorria na quarta dualidade.

Para superação da condição dual, a relevância do papel do Estado é maior na análise furtadiana, haja vista o caráter cíclico da análise rangeliana. Para Furtado são fundamentais as reformas estruturais e o planejamento com fins de compatibilizar padrões de consumo que sejam coerentes com a estrutura de oferta e com a orientação tecnológica da periferia.

Mesmo assim, Rangel considera o papel do Estado importante para acelerar o processo de superação da condição dual da economia brasileira, mas sem esquecer-se de que a economia é um processo histórico, cíclico e dialético. Um dos traços peculiares do seu pensamento é a ideia da dinâmica própria da economia, a qual é influenciada principalmente pelo mercado e pela tecnologia, não podendo ser alterada ao bel-prazer dos *policy makers*.

5. Referências Bibliográficas

BASTOS E BRITTO. Introdução In.: ARGAWALA, A. N.; SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. **Um mestre da Economia Brasileira: Ignácio Rangel**. Texto para discussão número 22. Departamento de Economia FGV, 1992.

BÔEKE, J. H. **Economics and Economic Policy of Dual Societies as Exemplified by Indonesia**, Nova Iorque, 1953.

BORJA, B. **Cultura e desenvolvimento no pensamento de Celso Furtado**. Quinto Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, Bahia, 2009.

FERNANDES, A. D. **Ignácio Rangel: o grande teórico do dualismo no Brasil**.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura: [1961] 1963.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** São Paulo, Abril Cultural, [1967] 1983.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

_____. **A fantasia organizada.** Rio de Janeiro: Editora paz e terra, 1985.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**, 9ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, [1967] 1987.

_____. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo, Editora Schwarcz, [1959] 2010.

GUIMARÃES, C. A dualidade brasileira de Ignacio Rangel. **Revista de Economia Política**, vol 14, nº 4 (56), out.-dez./1994, p. 62-75.

LEWIS, A. **Economic development with unlimited supply of labour.** The Manchester School, mayo, 1954.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista.** Estudos Cebrap, n. 2, São Paulo.

_____. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco.** São Paulo, Editora Boitempo, 2003.

RANGEL, I. **Dualidade Básica da Economia Brasileira**, 2ª ed. Instituto Ignacio Rangel, [1957] 1999.

_____. Dualidade e ciclo longo. **Revista de Economia Política**, vol 4, nº 1, jan-março/1981.

_____. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, vol 1, nº 4, out.-dez./1981.

_____. (2009). **O estruturalismo latino-americano.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.